

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 25.803 - DF (2020/0050012-4)

RELATOR : **MINISTRO HERMAN BENJAMIN**
IMPETRANTE : ANTONIO MOISES DAS NEVES
ADVOGADOS : EDMUNDO STARLING LOUREIRO FRANCA - DF020252
JOÃO CARLOS DE ALMADA SANTOS - DF040514
IMPETRADO : MINISTRO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS
HUMANOS
INTERES. : UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de medida liminar impetrado por Antônio Moisés das Neves contra ato da Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que determinou a realização de procedimento de revisão/anulação das anistias concedidas com fundamento na Portaria nº 1.104/GM- 3/1964, expedida pelo Ministério da Aeronáutica.

Aduz o impetrante que "a citada determinação se concretizou com a NOTIFICAÇÃO de nº 617/2020/DGTI/CCP/CGP/CA, que intimou o Impetrante para apresentar defesa no prazo de 10 (dez) dias".

Assevera a violação do devido processo legal e do rito da Lei 9.784/1999, sob o fundamento de que "o procedimento de revisão/anulação dos benefícios de que usufrui em razão da anistia de seu falecido marido, de forma peremptória, só poderá ocorrer via do devido processo legal, face a previsão do art. 5º, LIV, da CF; no art.2º, caput, da Lei 9.784/99 e, de forma específica, do determinado no art. 17 da Lei 10.559/2002".

Sustenta, ademais, que "deflui dos termos da retrotranscrita Portaria que a abertura do procedimento de revisão/anulação tem como fundamento 'decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do Recurso Extraordinário nº 817.338 com Repercussão Geral'. No entanto, a Impetrante, a Autoridade Coatora, e a própria Comissão de Anistia não têm como saber o exato conteúdo do que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal no RE 817.338/DF, pelo simples fato de que ainda não foi publicado o acórdão do julgamento".

Importante mencionar trecho da petição inicial à fl. 9, e-STJ: "**A Comissão de Anistia está, pois, obrigando a Impetrante a fazer uma defesa 'às cegas'**, quando é dever da Administração Pública a 'observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados' (art. 2º, VIII, da Lei 9.784/99)".

Por fim requer a concessão e medida liminar, por entender presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*. Manifesta, ainda:

O "*fumus boni iuris*" se evidencia na espécie pela ocorrência de violação do devido processo administrativo, e pela violação do contraditório e da ampla defesa, na contramão do determinado pelo legislador brasileiro no art. 5º, LIV, da CF; no art. 2º, caput, da Lei

9.784/99 e, de forma específica, no art. 17 da Lei 10.559/2002, cuja aplicação, conforme antes demonstrado, encontra amplo amparo na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

Ocorre que a autoridade indigitada coatora, a Senhora Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, via da Portaria de nº3.076, de 16 de dezembro de 2019, determinou a realização de Processo Administrativo de revisão/anulação das Portarias de anistias com base no julgamento do RE 817.338/DF, o que culminou na Notificação de nº 617/2020/DGTI/CCP/CGP/CA, que instaurou o procedimento de revisão/anulação da anistia do Impetrante.

Dessa forma, o “*periculum in mora*” se consubstancia no justo receio do Impetrante de, em breve tempo, ter cassada sua condição de anistiado político, sem ter podido se defender na forma legalmente admitida, pois o Supremo Tribunal Federal sequer publicou o acórdão e votos decorrentes do julgamento do RE 817.338/DF, no qual se acha embasado o procedimento de anulação.

O Ministro Presidente do STJ deferiu a gratuidade de justiça às fls. 29, e-STJ.

É o **relatório**.

Decido.

A concessão de medida liminar em Mandado de Segurança exige a satisfação simultânea de dois requisitos autorizadores, quais sejam, o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos expendidos na peça vestibular; e o *periculum in mora*, evidenciado pela possibilidade do perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

Assim, para o deferimento do pleito acautelatório é indispensável a demonstração inequívoca da existência de risco de inutilidade do provimento jurisdicional caso a tutela não seja deferida *in limine*, o que não ocorre na espécie.

No caso, em exame perfunctório permitido nesta seara processual, a despeito do eventual relevo que se possa atribuir aos argumentos veiculados na petição inicial em defesa do direito pretendido, não ficou demonstrado o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, na medida em que o impetrante não demonstra, suficientemente, o risco de inutilidade do provimento jurisdicional na hipótese de não deferimento da liminar.

Ademais, a liminar postulada confunde-se com o mérito da própria impetração, caracterizando o caráter satisfativo do pedido, a inviabilizar a concessão da medida.

Ante o exposto, **INDEFIRO** o pedido de liminar.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste informações, no prazo de 10 dias (art. 7.º, I, da Lei 12.016/2009).

Cientifique-se a Advocacia-Geral da União para que, querendo, ingresse no feito (art. 7.º, II, da Lei 12.016/2009).

Superior Tribunal de Justiça

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal (art. 12, *caput*, da Lei 12.016/2009).

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de março de 2020.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN
Relator